



## **Negociações decorrentes da aplicação à NAV do estatuto de isenção às normas do OE 2015**

No passado dia 06 de Julho reuniu o CA da NAV, com os Sindicatos que representam os trabalhadores da Empresa.

Estiveram presentes quase todos os Sindicatos. Notando-se a ausência do SINCTA.

Na intervenção inicial do Presidente do CA da NAV, foi comunicado aos Sindicatos as dificuldades decorrentes da aplicação do Estatuto de isenção da NAV e do trabalho desenvolvido no sentido de "...ir de encontro às expectativas dos Trabalhadores da NAV."

Seguidamente a DREL, através de várias intervenções comunicou os critérios adoptados para que se chegasse à proposta final, "...sempre no sentido de acompanhar as expectativas dos trabalhadores..."

Seguiram-se intervenções de alguns Sindicatos, interpondo questões que procurassem esclarecer a proposta apresentada e os números que serviam de base à mesma.

O Presidente do CA, por várias vezes, fez questão de afirmar que pela primeira vez e no sentido de diminuir as assimetrias existentes na Empresa, apresentava uma proposta de aumento salarial diferenciada entre os CTAs e as restantes categorias Profissionais da Empresa.

Assim, da proposta da Empresa, constam resumidamente os seguintes pontos:

Aumento salarial para os Trabalhadores não CTAs da NAV: - 1,2% de aumento líquido, que corresponde a 1,7% de aumento bruto;

Para os CTAs, 0,5% de aumento líquido, que corresponde a 2,7% de aumento bruto;

Desbloqueamento das progressões automáticas, tendo em conta que o período entre Janeiro de 2011 e Dezembro 2014, não contam como tempo de serviço para o acesso;

Diuturnidades aumentadas nas mesmas bases do referido anteriormente;

De referir que existem algumas questões que o SITAVA coloca e que esta semana enviou para a NAV, no sentido de que os pressupostos inerentes a esta negociação sejam cumpridos.

Assim propomos uma revisão salarial líquida nunca inferior aos 2,5%, montante esse, aliás, que resulta de conversas tidas em anteriores ocasiões com o CA NAV.



Reapreciação dos casos dos desbloqueamentos de carreiras, trabalho extra etc., repondo os valores que os trabalhadores teriam direito caso não tivessem sujeitos à aplicação das Leis dos OEs anteriores;

Cumprimento de determinações do CA, que dizem respeito a reenquadramento de algumas carreiras, que foram inviabilizadas por via das restrições impostas em 2011, mas que já tinham sido autorizadas pelo CA da altura;

Pagamento das diuturnidades correspondente aos anos reais de cada trabalhador ao serviço da empresa;

Cumprimentos de TODOS os preceitos legais que regulam os trabalhadores da NAV, sendo eles os constantes nos respectivos AEs, ou na Legislação Nacional;

Reapreciação do sistema de cálculo dos PPR, de modo a permitir tranquilizar os trabalhadores sobre esta questão.

No sentido de podermos fazer vingar as nossas pretensões, que visam traduzir as expectativas dos trabalhadores da NAV, na reposição das condições financeiras que auferiam antes de nos serem impostas as regras restrictivas injustificadamente, como alias o próprio CA o reconheceu, apelamos a manterem-se organizados no SITAVA.

**UNIDOS SOMOS MAIS FORTES**